

## Nota editorial

Alberto Puppo

Esta nota editorial não pode deixar de começar por recordar um triste acontecimento que tem enchido de tristeza e nostalgia várias gerações de filósofos do direito: a morte de Eugenio Bulygin deixou um grande vazio, não só na filosofia mas também na vida daqueles que tiveram a sorte de partilhar com ele breves ou longos momentos da sua intensa vida. Infelizmente eu não fui um deles, por isso nesta nota não partilharei memórias (que não tenho) e limitar-me-ei a celebrar a sua magnífica contribuição para a filosofia analítica do direito. Aproveito, no entanto, esta oportunidade para referir que a revista genovesa *Analisi e Diritto* publicará vários textos, de pendor comemorativo, de pessoas que o conheceram bem e com quem partilhou experiências importantes, tanto filosóficas como humanas.

Face a um acontecimento como este, é difícil encontrar a transição certa para introduzir algo tão efêmero como o novo número de uma revista. Assim, como dizem os franceses, *procederei, sans transition...*

O número 54 da *Isonomia* apresenta uma clara heterogeneidade que reflete a pluralidade dos tópicos de investigação que definem as nossas linhas editoriais: desde estudos conceptuais, normativos e empíricos sobre a corrupção de juízes, a reflexões histórico-filosófico-jurídicas sobre aspetos centrais das relações internacionais, a tópicos clássicos como o positivismo jurídico, ou altamente atuais e sensíveis como a violência contra as mulheres.

A variedade de tópicos é acompanhada por uma saudável variedade de autores, tanto em termos de origem académica como de género. Em termos de diversidade geográfica, para além da América Latina, representada pela Argentina, temos contribuições da Alemanha, Espanha, Finlândia e Itália. Mas sobretudo, numa altura em que as revistas académicas são frequentemente criticadas pela presença insuficiente de mulheres, é de notar que, dos seis textos publicados, quatro foram escritos por mulheres, e dois deles, centrados em obras recentes, tratam precisamente de obras importantes escritas

por mulheres. Isto não é o resultado de uma política editorial de gênero, mas sim uma agradável coincidência. Tal como, no passado, as circunstâncias podem ter levado a publicações em que as mulheres estavam sub-representadas, também agora, o jogo imprevisível das submissões, árbitrxs anónimos, etc., resultou numa edição claramente marcada pela presença de autoras.

Finalmente, pela primeira vez na história da *Isonomia*, o espanhol e o inglês estão igualmente representados. Este é um símbolo, na minha opinião, da combinação equilibrada entre a preservação da vocação original e regional da revista e a oportunidade de alargar os horizontes dos nossos leitores; uma combinação que tem norteado os nossos esforços desde 2020.

Embora tendo já repetido em notas editoriais anteriores que o objetivo deste espaço não é o de antecipar o conteúdo dos artigos uma vez que os *abstracts* estão disponíveis para esse efeito, terminarei com uma observação interseccional sobre o primeiro artigo, de Petra Gümplová, que propõe uma genealogia da injustiça sobre a apropriação, exploração e distribuição dos recursos naturais, e o último texto publicado, a recensão, escrita por Matilde Rey Aramendía, do livro *Violencia contra las mujeres*, coordenado por Silvina Álvarez e Paola Bergallo.

Na realidade, seria legítimo perguntar: o que têm em comum a violência contra as mulheres a conduta passada dos Estados, e especialmente da Monarquia Espanhola, que consistiu em conquistar o novo Continente e explorar injustamente seus recursos naturais? A interseção entre discriminação de gênero e discriminação racial não é uma descoberta digna de nota neste texto. A ideia segundo a qual, histórica e legislativamente, no Ocidente, não foi apenas o homem *tout court*, mas em particular o homem branco, que oprimiu e exerceu violência contra as mulheres, é agora senso comum.

Ainda assim, gostaria de lembrar - e penso que não será suficiente - as palavras, formuladas numa recente entrevista, da linguista *Mixe* Yásnaya Elena Aguilar:

El feminismo tendría que plantearse la reflexión colonial, que muchas veces no sucede. En el momento en que se establece el colonialismo, las mujeres, blancas e indígenas, son racializadas. Es decir, si bien antes del contacto las mujeres eran mujeres, con la colonización se convierten en mujeres blancas [y las indígenas]. Y si bien las blancas mantienen una relación de opresión con el hombre blanco, también hay un pacto racial. Eso debe estar claro (*El País*, 9 de septiembre de 2019, [https://elpais.com/cultura/2019/09/08/actualidad/1567970157\\_670834.html](https://elpais.com/cultura/2019/09/08/actualidad/1567970157_670834.html)).

O pacto racial a que se refere a autora *Mixe*, podemos dizer, solidifica-se a cada dia, justamente no que se refere à repartição dos benefícios da exploração injusta dos

recursos naturais durante as empresas colonizadoras (não só a americana, mas ao redor o mundo).

Não é por acaso que a própria ONU criou, por mais hipócrita que possa parecer, o Dia Internacional da Mãe Terra. A noção de mãe-terra é algo universal e não exige um grande esforço alegórico interpretar as conquistas coloniais e, sobretudo, a pilhagem injusta dos recursos naturais como uma autêntica violação. Uma violação cuja vítima é a mulher Mãe Terra, uma violação que durante séculos beneficiou das mais sofisticadas justificações morais e jurídicas.

As minhas observações não têm uma dimensão normativa; são - seguindo a linha do artigo de Petra Gümplövá, e silenciosamente ecoando várias das contribuições do livro analisado por Matilde Rey - essencialmente genealógicas, visando aprofundar ainda mais a interseccionalidade que permeia os fenómenos sociais e humanos: muito antes do trágico binómio racismo / machismo, a nossa cultura tem sido marcada, sobretudo, mas não exclusivamente na América Latina, por uma violência sistemática perpetrada contra a natureza, considerada, segundo as ideologias mais clássicas do progresso, como matéria inerte ao serviço das ideias e formas pensadas pelo e para o homem branco.

*Versão portuguesa por Guilherme Vasconcelos Vilaça*